

DA “LETRURE*1” À TELA: LER E ESCREVER SOB O OLHAR DAS MÍDIAS INFORMATIZADAS²

LA « LETTRURE » A L'ECRAN : LIRE & ÉCRIRE AU REGARD DES MÉDIAS INFORMATISÉS

Emmanuel Souchier

RESUMO: Para nomear a atividade das mídias informatizadas, o autor convoca o termo medieval “letrure”, que torna a atividade dual, associando em um mesmo gesto o ler e o escrever. Dispositivos textuais, as mídias informatizadas se inscrevem na história da escrita. Considerar a informática como uma prática de escrita está na base da teoria das *escritas das telas* e das *escritas das redes*. Se as mídias informatizadas são constituídas por meio de práticas textuais, a escrita as torna acessíveis. Para escrever na tela nós precisamos de ferramentas de escrita – os “arquitextos” – que condicionam nossa prática. Pela primeira vez em sua história, o homem recorreu às *ferramentas de escrita para ler e para escrever*. Esses dispositivos *textualizam a prática social*. Ilustrado pela emergência da palavra “ordinateur” (computador^{3*}), a escolha de palavras coloca em perspectiva as relações da técnica com a língua. A terminologia ancorada na cultura francófona é um ato político que, de um ponto de vista teórico, permite *reconciliar o corpo linguístico com o corpo técnico da cultura*.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Escrita. “Lettrure”. Computador. Mídias informatizadas. Informática. Línguas. Política. Cultura linguística e técnica.

RÉSUMÉ: Pour nommer l'activité des médias informatisés, l'auteur convoque le terme médiéval de « letrure » qui rend compte de l'activité duale associant d'un même geste le lire et l'écrire. Dispositifs textuels, les médias informatisés s'inscrivent dans l'histoire de l'écriture. Considérer l'informatique comme une pratique d'écriture est à la base de la théorie des *écrits d'écrans* et des *écrits de réseaux*. Si les médias informatisés sont constitués à partir de pratiques textuelles, l'écriture les rend accessibles. Pour écrire à l'écran nous avons besoin d'outils d'écriture – les « architextes » – qui conditionnent notre pratique. Pour la première fois de son histoire, l'homme a recours à des *outils d'écriture écrits pour lire et écrire*. Ces dispositifs *textualisent la pratique sociale*. Illustré par l'émergence du mot « ordinateur », le choix des mots met en perspective les rapports de la technique à la langue. Celui d'une terminologie ancrée dans la culture francophone est un acte politique autant que théorique qui permet de *réconcilier le corps linguistique avec le corps technique de la culture*.

MOTS CLÉS: Lecture. Écriture. « Lettrure ». Ordinateur. Médias informatisés. Informatique. Langues. Politique. Culture linguistique et technique.

¹ Termo francês usado na Idade Média para se referir à leitura e à escrita fundidas em uma só palavra. Corresponderia a leiscrita, inexistente em português.

² Este artigo foi publicado originalmente pela revista francesa *Communication & Langages* – no 174 – Décembre 2012.

³ Todas as palavras seguidas de asterisco (*) serão notas dos tradutores. As que forem seguidas por asterisco e nota de rodapé contêm explicações mais detalhadas sobre o termo traduzido. Os tradutores optaram por deixar as referências em notas de rodapé, assim como fez o autor no texto original.

A escolha das palavras consiste em *optio* e *electio*. O escritor é aquele que escolhe sua linguagem e não é por ela dominado.
(Pascal Quignard)⁴.

Eis aqui uma palavra – *letrure* – que não se sabe realmente se evoca a *leitura* ou a *escrita*⁵. Não parece que ela esteja condenada a uma eterna hesitação, valsando entre esses dois polos, entre essas duas atividades que se têm claramente identificadas, ao longo dos séculos de alfabetização e de práticas pedagógicas de que nós somos herdeiros? Então, *leitura ou escrita*? Difícil de dividir. Vejam as variações ortográficas das quais ela estranhamente se revestia. Elas não vêm confirmar esse inquietante embaraço? Nos textos do século XII e do século XIII, ela é encontrada sob formas gráficas tão diversas quanto heteróclitas, assim como *letrure ou letreure, lectreure* ou ainda como *lestreure* ou *letteüre*, por exemplo⁶.

É verdade que permanecer com esse argumento seria mover contra ela um processo equivocado; na época, os “mestres de ortografia”⁷ não tinham ainda fixado as regras que o Estado devia assumir ao longo do século XIX a ponto de fazer dos “quadros instituintes” um implacável rigor social. A ortografia tornava-se um critério de *distinção* social⁸.

Então, por que, no século XXI, volta-se a esse vocábulo estranho caído em desuso e que nos vem da cultura medieval, quando se prefere outras palavras que têm a pretensão de cobrir seu espaço semântico, como o termo “alfabetização”, que chegou a ser traduzido pelo termo anglo-saxão *literacy*, por exemplo?

Maud Sissung explica, a propósito disso, que “a língua francesa não possui equivalente à palavra inglesa *literacy*, que designa a capacidade de ler e de escrever”⁹. Ela acrescenta, porém, que “o francês possui uma palavra para designar” essa habilidade – ou essa “arte” – e especifica que esse termo não era outro senão o famoso “*letrure*”, dotado de suas inumeráveis variações gráficas.

Da *letteüre* ou *letrure* às fontes de literatura

A força mesma do nome está em nos convidar sem cessar a querer descobrir mais.

Denys de l'Aréopage¹⁰

Procurando identificar os contornos da palavra “literatura”, Robert Escarpit se remete à sua origem por meio do latim *litteratura* (*escrita – o que se refere a letras*¹¹) modelado de acordo com Quintiliano sobre o grego *ἡ γραμματικὴ τέχνη* [*grammatikè*] (que nos deu a gramática). A raiz latina é *littera*, que deu “*lettre*” (em grego: *γράμμα* [*gramma*]); nós nos situamos etimologicamente sobre as fundações da *lettre* considerada como objeto de escrita e singularmente *mise en abîme*¹² na

⁴ Pascal Quignard, *Rhétorique spéculative*, Calman-Lévy, 1995, p. 13.

⁵ Este artigo foi apresentado pela primeira vez no seminário “Escrituras Emergentes de objetos comunicacionais” do GRESEC – Université Stendhal Grenoble – 3, sob a direção de Caroline Angé e Lise Renaud. Agradeço também aos participantes do seminário, incluindo Adrian Staii pelas discussões frutíferas que tivemos nessa ocasião.

⁶ Ivan Illich, Barry Sanders, *ABC : l'alphabétisation de l'esprit populaire*, trad. Maud Sissung, Paris/Montréal, La Découverte/Le Boréal, [1988] 1990, p. 9.

⁷ Claire Blanche-Benveniste, André Chervel, *L'orthographe*, François Maspéro, 1969, p.94 sq.

⁸ Pierre Bourdieu, « L'exemple de l'orthographe », *Sur l'État. Cours du Collège de France 1989-1992*, coll. « Raison d'agir », Seuil, 2012, p. 191 sq.

⁹ Tradutora da obra de Ivan Illich et Barry Sanders, *ABC : l'alphabétisation de l'esprit populaire*, op. cit., p. 9.

¹⁰ Citado por Xavier-Laurent Salvador, « Le texte biblique français au Moyen Âge. Un original second », *Que faisons-nous du texte ?*, Yves Jeanneret et Nicolas Meeüs (dir.), Presses universitaires de la Sorbonne, 2012, p. 35.

¹¹ Alain Rey, *Dictionnaire historique de la langue française*, Le Robert, Tome 1, 1995, p. 1137.

¹² O termo “Mette en abîme” não tem correspondente exato em português e costuma ser traduzido por “construção em abismo” ou “colocar em abismo”. *Mise en abyme* é um termo em francês que costuma ser traduzido como “narrativa em abismo”, usado pela primeira vez por André Gide ao falar sobre as narrativas que contêm outras narrativas dentro de si.

expressão “au pied de la lettre” (ao pé da letra). Escarpit acrescenta que a “*literatura* dos latinos era o estado do letrado, seu conhecimento das letras no sentido quase material da palavra: nós falaríamos agora de sua cultura, de suas leituras”¹³ e, melhor ainda, desse saber inicial do letrado que é o primeiro gesto de escrita-leitura. Alain Rey menciona efetivamente que “da palavra *letra* à palavra *literal* (*litteralis*) permanece-se no signo da escrita; com literário (*litterarius*) passa-se ao fenômeno global que conduz a linguagem articulada ao traçado da mão para o olho e para a memória: a escrita-leitura”¹⁴.

A palavra *letrure* é uma forma popular que apareceu no século XII e foi empregada até o século XV, época em que cai em desuso com “a aparição do Humanismo e da imprensa. Ela é encontrada pela última vez em inglês em 1483”¹⁵. A *lettreüre* é, por sua vez, a forma popular do empréstimo culto *literatura*, de que “nos restou”, escreve Alain Rey, “*letrado*, ao qual se opõe *iletrado*.” Forma popular de uma palavra que remete a uma prática, a um saber-fazer inicial de leitura e de escrita, e que se situa necessariamente no contexto de saber e de cultura (dito de outra maneira, *literacy*, para retomar a fórmula inglesa) “o termo *lettreüre* designa o que está escrito, mas também a erudição e o conhecimento que se podia adquirir, na época, pelo estudo dos livros”. Trata-se, então, de uma “competência resultante dos livros e de sua leitura”¹⁶.

É a esse saber inicial do *letrado* que consiste, antes de tudo, em leitura-escrita da “*letra*”, que eu me remeto quando evoco a *letrure* do usuário das mídias informatizadas, um saber que se nutre rapidamente das especificidades das mídias com as quais ele é confrontado e que solicita, logicamente, o *letramento digital* – assim chamado por Milad Doueïhi –, essa cultura digital específica que seria para as mídias informatizadas o que a *letrure* seria para o *códex* medieval, se ela não necessitasse precisamente de se ancorar num gesto inicial de escrita-leitura. Dito de outro modo, o *letramento digital*, definido como o espaço da cultura digital contemporânea, repousa sobre a *letrure* que constitui a sua canção de gesta inicial.

Relevar-se-á, então, com interesse uma variante instrutiva trazida por diferentes lições de manuscritos de *Lais de Marie de France*¹⁷. O primeiro verso do “*Prólogo*” dá, com efeito, *Cil ki seivent de Trovéure*, que se pode traduzir por “Os que receberam o dom de inventar”. Outras versões manuscritas do mesmo texto trazem uma lição sensivelmente diferente: *Cil qui seivent de lettréure*, dito de outra maneira: “Os que receberam a instrução”. Assim, a palavra *Trovéure*, que tem o dom de inventar, é equivalente aos que *seivent de lettréure*, dito de outra forma, aos que são instruídos, aos que sabem ler e escrever. Aqui está um terreno propício para a compreensão dessa singular atividade intelectual que é a prática de leitura-escritura que era considerada sob os auspícios da *invenção*. Um justo passo em direção da “renovação” de que falam Caroline Angé e Lise Renaud ao afirmarem que a leitura será sempre esta “outra” que se elabora tendo por base um “mesmo” escrito¹⁸.

Precisemos, enfim, que a variante é constitutiva da prática de escrita medieval na medida em que o “texto escrito”, que era de origem social, tinha a oralidade como principal virtude. Paul

Mise en abyme pode aparecer na pintura, no cinema e na literatura. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mise_en_abyme>. O termo *mise en abyme* – igualmente ortografado *mise en abysme* ou raramente *mise en abîme* – é um procedimento que consiste em representar uma obra em uma obra similar, por exemplo, incrustando em uma imagem a imagem dela mesma. Encontra-se nesse princípio a “autossimilaridade” e o princípio dos fractais ou da recursividade em Matemática. <http://fr.wikipedia.org/wiki/Mise_en_abyme>.

¹³ Robert Escarpit, « Histoire de l’histoire de la littérature », *Histoire des Littératures, III. Littératures françaises, connexes et marginales*, sous la direction de Raymond Queneau, Encyclopédie de la Pléiade, Gallimard, [1958] 1978, p. 1750.

¹⁴ Alain Rey, Daniel Maja, « Le reste est littérature », *À bas le génie ! et autres chroniques décalées*, Fayard, 2009.

¹⁵ Robert Escarpit, Jean-Marie Grassin, « Littérature », *DITL, Dictionnaire international des termes littéraires, Directory of international terms of literary criticism and cultural studies*, | <http://www.flsh.unilim.fr/ditl/LITTERATURE.htm> |.

¹⁶ « La littérature. Autour de Jack Goody », *Pratiques*, 131-132, décembre 2006.

¹⁷ B. de Roquefort, *Poésies de Marie de France, Poète anglo-normand du XIIIe siècle*, F. Didot, Librairie Chasseriau, Paris, 1820, vol. 2, p. 59-61.

¹⁸ Caroline Angé et Lise Renaud, « Les écritures émergentes des objets de communication. *De la rénovation* », *Introduction au présent dossier, supra*.

Zumthor propôs justamente evocar a noção de “texto oral” para falar das práticas corporais graças às performances dos contadores¹⁹. Durante esse período, o texto escrito traz ainda arraigados os estigmas das culturas orais. Zumthor sublinha assim que “a voz se ouve através da grafia” do texto medieval, cuja variante é precisamente uma das constantes ligadas à cultura oral²⁰. Bernard Cerquiglini qualifica a prática de “excesso alegre”, visto que ela é a marca de uma “apropriação eufórica da escrita pela língua materna”²¹. Até então reservada ao latim, a prática de escrita começava, com efeito, a se abrir às línguas vernáculas. Essa descoberta, que marca uma verdadeira revolução cultural, se elabora segundo um processo ao longo do qual a escrita vai pouco a pouco sobrepor-se ao oral. A escrita se propaga, então, no espaço social. Ela abre as vias de um movimento generalizado de “escrita da prática” do qual nós somos os herdeiros diretos. Um novo período da implementação da prática da escrita em todos os estratos da sociedade vai engajar um vasto movimento de “alfabetização do espírito popular”²². Esse fenômeno, que marca o “renascimento medieval”, nos permite melhor compreender os desafios atuais ligados ao processo de “textualização das práticas sociais” pelas mídias informatizadas. Um processo que convém, contudo, considerar, em primeiro lugar, sob o ângulo das práticas de escrita-leitura inerentes aos dispositivos técnicos que nos interessam.

As mídias informatizadas: dispositivos de leitura e de escrita

Várias razões me convidam a recuperar o termo *lettrure*, caído em esquecimento. A primeira é de ordem poética. Ele tem implicações teóricas e ressonâncias políticas. A significação cultural da palavra *lettrure*, suas conotações e a hesitação semântica entre o *ler* e o *escrever*, evocadas há pouco, me fazem preferi-la a todas as outras, uma vez que ela convoca precisamente, nessa pseudo-hesitação, a atividade dual e conjunta de leitura e de escrita. Ora, essa atividade me permite dar conta das práticas analisadas em torno das mídias informatizadas. É disso que falarei logo em seguida de maneira bem sintética.

Nós mostramos, já há certo tempo, que as mídias informatizadas são dispositivos técnicos de escrita e de leitura²³. Do microcomputador ao telefone celular, passando pelos consoles de jogos, acede-se a esses dispositivos por intermédio de uma atividade de leitura (leitura de telas, de teclados ou mesmo de objetos) duplicada de uma atividade de escrita que não tem nada da imagem de Epinal*²⁴, de criança inclinada sobre a folha de papel com uma pena na mão. Nossas práticas de escrita contemporânea estão adaptadas às mídias que configuram nossos modos de comunicação. Digitar um código de acesso em um painel de um caixa eletrônico ou o número de telefone de um amigo no teclado do celular, escolher um ícone na barra de rolamento no navegador da internet ou deslizar o dedo sobre a tela do *smartphone* pode fazer desfilarem uma lista de ícones. Essas são práticas que ilustram a riqueza de gestos próprios da escrita contemporânea²⁵.

¹⁹ Paul Zumthor, *La mesure du monde*, Seuil, 1993, p. 363-390.

²⁰ Jan Assmann, *La mémoire culturelle. Écriture, souvenir et imaginaire politique dans les civilisations antiques*, Aubier, 2010.

²¹ Bernard Cerquiglini, *Éloge de la variante. Histoire de la philologie*, Seuil, 1989, p. 57 sq.

²² Ivan Illich et Barry Sanders, *ABC : l'alphabétisation de l'esprit populaire*, op. cit.

²³ Emmanuël Souchier, « L'écrit d'écran, pratiques d'écriture et informatique », *Communication & langages*, 107, 1996, p. 105-119. Yves Jeanneret et Emmanuël Souchier, « Écriture numérique ou médias informatisés ? », *Pour la Science/Scientific american*, Dossier n° 33, « Du signe à l'écriture », octobre 2001 - janvier 2002, p. 100-105. Emmanuël Souchier, Yves Jeanneret et Joëlle Le Marec (dir.), *Lire, écrire, récrire. Objets, signes et pratiques des médias informatisés*, BPI, 2003. Emmanuël Souchier, « Lorsque les écrits de réseaux cristallisent la mémoire des outils, des médias et des pratiques », *Les défis de la publication sur le Web : hyperlectures, cybertextes et méta-édition* (coord. par Jean-Michel Salaün et Christian Vandendorpe), Presses de l'ENSSIB, Lyon, 2004, p. 87-100.

²⁴ *Imagem de Epinal* são imagens editadas pela primeira vez na cidade francesa de Épinal por Jean-Charles Pellerin, que têm como objetivo levar o observador a encontrar um objeto escondido. Por isso são consideradas imagens de adivinhas. A expressão *imagem de Épinal* tem o sentido figurado de designar uma visão tradicional e inocente que mostra o bom lado das coisas. É usada também como sinônimo de *clichê*. Fonte: < http://fr.wikipedia.org/wiki/Image_d'%C3%89pinal >.

²⁵ Julia Bonaccorsi, « La bande dessinée aux prises avec la “machinerie éditoriale” du smartphone », *Communication & langages*, 167, mars 2011, p. 87-105 ; « Une esthétique renouvelée de la “scène de lecture” : l'iconographie publicitaire de

Duas características essenciais resumem nosso uso das mídias informatizadas, que inundam o mercado de consumo. Quando eu ligo e utilizo um computador, ajo por intermédio de um instrumento de escrita: o *teclado*. O *grau zero* de minha ação reside no fato de ligar o dispositivo por meio de um interruptor *on/off* – primeiro gesto semiótico de ativação de nossos aparelhos do cotidiano. Paralelamente, minha ação se traduz, se interpreta e se lê em um espaço específico: a *tela*. Essas duas ferramentas simbolizam o conjunto de atividades que eu manterei com o dispositivo técnico. Escrevo em um teclado e leio em uma tela. Na realidade, minha atividade é um pouco mais complexa, considerando que me situo continuamente em uma configuração dual de escrita-leitura.

Quando eu escrevo em meu teclado, mergulho em uma atividade de leitura. Eu *leio*, efetivamente, os toques assim como os signos associados, como leio as instruções na tela. Uma atividade que considera unicamente o modo de operar. Mesmo que eu realize somente uma prática permitida pelo dispositivo técnico, eu incorporarei então, mesmo que inconscientemente, a configuração complexa de sua textualidade. Minha atividade de escrita, que pode ser, eventualmente, somente uma atividade operatória de comando, está permanentemente correlacionada a uma atividade de leitura que a funde e a torna possível. E eu me esqueço aqui, voluntariamente, de evocar minha relação com a leitura de todos os suportes, mídias e objetos correlatos que circundam meu lugar de trabalho ou de lazer ao definir o contexto direto. Joëlle Le Marec e Igor Babou mostraram a articulação sutil da “escrita nas telas de papel”²⁶, que longe de deixar supor uma vida solitária do usuário diante de sua tela, testemunha a complexidade das interações que nós mantemos com os múltiplos suportes de escrita-leitura situados em nosso espaço de trabalho, entre os quais as mídias informatizadas que abrem frequentemente um lugar teatralizado, uma “dimensão espetáculo” das mídias informatizadas igualmente sublinhadas por Christian Vandendorpe, que o fazia justamente hesitar entre o estatuto do *leitor*, aquele do *usuário* ou do *consumidor de signos*²⁷. Estatuto de um ator social que, em todos os casos, parece ser confrontado com um dispositivo de escrita singular, a tela, herdeiro da cena audiovisual²⁸.

Eis aqui o primeiro nível de escrita que permite o acesso operatório aos dispositivos de comunicação digital. Mas a escrita e o texto são igualmente colocados no coração dos computadores configurados por intermédio do código, das linguagens informáticas e dos *softwares*. Essas ferramentas singulares, que nós chamamos, assim como Yves Jeanneret, de “arquitextos” (do grego *arché*, origem e comando, em que são colocados na origem e ao comando das operações do texto na tela) permitem a efetuação de toda a atividade mediada por um dispositivo informatizado²⁹. Ora, do ponto de vista da prática propriamente falando, o *arquitexto* apresenta a particularidade de ser “uma escrita da escrita”³⁰.

Quando eu proponho essa expressão, coloco claramente em evidência três características essenciais do *arquitexto*. A primeira está ligada ao fato de que a prática de escrita é, propriamente falando, *mise en abîme* ao dispositivo industrial de escrita que é o *software*: *eu escrevo em uma ferramenta de escrita*. A segunda sublinha a *interdependência* entre o dispositivo e o processo de escrita: *eu escrevo em uma ferramenta de escrita* que é ela mesma *escrita*; dito de outra forma, *eu escrevo em uma ferramenta escrita de escrita*. Em terceiro lugar, eu sublinho que o dispositivo compreende necessariamente uma representação da atividade à qual ele é dedicado no que é uma

la lecture sur les tablettes numériques », *Mémoires du livre/Studies in Book Culture*, « Nouvelles recherches en histoire de la lecture », 3(2), 2012, <http://www.erudit.org/revue/memoires/2012/v3/n2/1009350ar.html>.

²⁶ Joëlle Le Marec et Igor Babou, « De l'étude des usages à une théorie des « composites » : objets, relations et normes en bibliothèque », *Lire, écrire, récrire. Objets, signes et pratiques des médias informatisés*, op. cit., p. 233 sq.

²⁷ Christian Vandendorpe, *Du papyrus à l'hypertexte. Essai sur les mutations du texte et de la lecture*, La Découverte, 1999, p. 221.

²⁸ Emmanuël Souchier, « La scène double : spectacle & secret », in « L'écrit d'écran, pratiques d'écriture et informatique », op. cit., p. 117-119.

²⁹ Yves Jeanneret et Emmanuël Souchier, « Pour une poétique de l'écrit d'écran », *Xoana*, 6, 1999, p. 97-107.

³⁰ Emmanuël Souchier, *Lire & écrire : éditer. Des manuscrits aux écrans. Autour de l'Œuvre de Raymond Queneau*, Habilitation à diriger des recherches, Université Paris 7 Denis Diderot, 1998, p. 213.

escrita da escrita. Em outros termos, um arquiteyto compreende e se constitui necessariamente por meio das representações que seus criadores fazem do processo de comunicação, quer sejam essas representações de ordem imaginária, ideológica ou teórica, por exemplo. Um *arquiteyto* é, então fatalmente, uma aplicação em prática industrial de uma teoria comunicacional, ainda que implícita³¹.

Assim, a definição que nós tínhamos reformulado para o *Vocabulário de estudos semióticos e semiológicos*, de Driss Ablali e Dominique Ducard³², foi com toda legitimidade desenvolvida por Étienne Candel e Gustavo Gomez Mejia para a figura do autor contida em todo dispositivo arquiteyto³³. Insistir-se-á, então, no fato de que esses *arquiteytos* têm um papel essencial na configuração das relações de poder no seio da enunciação editorial³⁴, precisamente no que eles “integram um imaginário da comunicação”. Eles são, com efeito, a expressão da “práxis das teorias comunicacionais colocadas em ação conscientemente ou não, pelos seus criadores; os quais, situados no início e no comando do ato de escrever, detêm certo poder sobre a produção do texto, partindo, do sentido e da interpretação”.³⁵ Com isso, os *arquiteytos* devem ser considerados como novos “parceiros” editoriais, entrando verdadeiramente nas práticas de escrita cotidiana³⁶.

A configuração desses dispositivos é elaborada com base em uma gradação de práticas de escritura de uma grande riqueza, que vai do código informatizado à escrita da tela, passando por diversas linguagens informatizadas. Na origem de nossos trabalhos sobre a entrada da informática no universo do texto e da escrita, nós tínhamos escolhido, assim como Joanna Pomian, considerar a prática informática como relevante explicitamente das práticas de escrita e, então, da história da escrita e das tecnologias do intelecto³⁷. Essa escolha inicial, constitutiva da teoria dos *escritos de tela* e de *escritos de rede*, foi aprovada em 2001 pela Corte Federal americana de segunda instância “por ocasião do processo Universal City Studios contra Corley”. Milad Doueïhi lembra, com efeito, que na decisão, a Corte deu sua opinião sobre “o código como expressão”³⁸. O conteúdo do julgamento merece atenção na medida em que dispõe notadamente que “a comunicação não perde sua proteção constitucional como “expressão” pela simples razão de que ela está escondida na linguagem do código informatizado”. E a Corte entendeu que “se alguém decidisse escrever um romance inteiramente em código executável, utilizando por cada letra de cada palavra cadeias de 1 e de 0, a obra que resultasse disso teria, do ponto de vista constitucional, o mesmo estatuto como se tivesse sido redigida em inglês.” Milad Doueïhi agrega, ao final, que um certo número de programadores “concebe explicitamente a escrita de códigos como uma atividade literária”.³⁹

O Direito tem um papel fundamental na concepção que nós fazemos das práticas de escrita e de sua difusão no corpo social, da mesma maneira que havia sido um dos atores-chave na compreensão

³¹ Da mesma forma que “a metodologia editorial, de qualquer obra que ela trate, é sempre a realização de uma teoria literária”, Bernard Cerquiglini, *Éloge de la variante. Histoire de la philologie*, op. cit., p. 43.

³² Driss Ablali et Dominique Ducard (dir.), *Vocabulaire des études sémiotiques et sémiologiques*, Éditions Honoré Champion/ Presses universitaires de Franche Comté, 2009, p. 158-159.

³³ “O termo ‘arquiteyto’ designa as ferramentas de escrita compostas pela produção de textos nas mídias informatizadas. Origem de todo texto produzido na tela, elas comandam as práticas de escrita. Esses próprios escritos são textos legíveis e interpretáveis. Titulares e prescritores de uma escrita por vir, eles antecipam, consequentemente, uma figura do autor”, Étienne Candel e Gustavo Gomez Mejia, « Écrire l’auteur. La pratique éditoriale comme construction socioculturelle de la littérarité des textes sur leWeb », Actes du Colloque international *L’auteur en réseau, les réseaux de l’auteur*, Sylvie Ducas et Oriane Deseilligny (dir.) Presses universitaires de Paris Ouest, à paraître 2013.

³⁴ Emmanuël Souchier, « L’image du texte. Pour une théorie de l’énonciation éditoriale », *Les Cahiers de médiologie*, 6, 1998, p. 137-145 ; « Formes et pouvoirs de l’énonciation éditoriale », *Communication & langages*, 154, septembre 2007, p. 23-38.

³⁵ Yves Jeanneret et Emmanuël Souchier, in *Vocabulaire des études sémiotiques et sémiologiques*, op. cit., p. 159 ; « L’énonciation éditoriale dans les écrits d’écran », *Communication & langages*, 145, septembre 2005, p. 3-15.

³⁶ Yves Jeanneret et Emmanuël Souchier, « L’énonciation éditoriale dans les écrits d’écran », op. cit.

³⁷ Joanna Pomian et Emmanuël Souchier, « Informatique et pratiques écrivantes », *Traverses*, 43, BPI, février 1988, p. 108-11 ; « Les machines écrivantes ou l’écriture virtuelle », *Traverses*, 44-45, BPI, sept. 1988, p. 121-130.

³⁸ Milad Doueïhi, *La grande conversion numérique*, op. cit., p. 61-66. A “segunda instância” inclui todos os tribunais federais dos Estados de New York, Connecticut e Vermont, incluindo um Tribunal Federal de Recursos, n. 1, p. 61.

³⁹ Donald Knuth, *Literate Programming*, Stanford, Center for the Study of Language and Information, 1992; Milad Doueïhi, *La grande conversion numérique*, op. cit., p. 61-62

dos desafios e das regulações dos usos do livro quando do desenvolvimento da imprensa e do comércio livreiro⁴⁰. Na célebre dissertação sobre o livro, Kant devolveu ao Direito o lugar que lhe cabia em um debate frequentemente confiscado pela técnica e pela História. Muito reservado ao olhar do “determinismo tecnológico estrito da tese central” veiculado pela fórmula de Marshall McLuhan *médium is message*, Dominique Lecourt sublinha “o desafio decisivo das questões jurídicas concretas abordadas” por Kant e Fichte sobre “a estruturação da profissão (“o livro”) e a constituição de um mercado (o “mercado do livro”); dois acontecimentos que contribuíram, ao menos como a engenhosidade dos impressores de Mainz no século XV, para formar “nosso” mundo”⁴¹. A questão se põe em termos análogos aos nossos dias⁴²; ela é herdeira das propostas de Fichte, que colocava a “forma” do texto no coração de sua defesa apaixonada: “é preciso que todo escritor dê a seus pensamentos certa forma, e ele não pode lhe dar nenhuma outra que a sua própria, pois não tem outras”⁴³. Nesse sentido, “a forma textual” é para Roger Chartier “a única, mas potente justificação da aproximação singular das ideias comuns como as que transmitem os objetos impressos”⁴⁴. Além da *forma texto*, prolongar-se-iam as propostas de Chartier até a “forma” da escrita na medida em que ela é precisamente constitutiva do texto, concedendo assim à informática o estatuto de uma prática de escrita de pleno direito, tal como a devia igualmente reconhecer o direito americano.

Nas mídias informatizadas, todos os estratos de escrita fazem o elo entre a técnica e a semiótica. Eles permitem a articulação da dimensão material dos dispositivos e das linguagens simbólicas dedicadas à comunicação social. Em outros termos, o conjunto dessas práticas de escrita permite estabelecer um elo necessário entre o homem e a máquina, entre a máquina e o homem. Importa sublinhar que, pela primeira vez na história, o homem recorreu às *ferramentas de escrita escritas* para ler e escrever. Uma singular *mise en abîme* tem por principal efeito conceder à escrita um estatuto central na relação que nós mantemos com os dispositivos técnicos informatizados que modelamos.

Com efeito, os estratos materiais e técnicos que constituem todo objeto digital não são diretamente legíveis. O olho humano não *sabe* ler – nem pode – uma troca de elétrons em um circuito de um processador. Nós temos necessidade de recorrer aos procedimentos que nos permitem “fazer a máquina agir” e, ao mesmo tempo, de dar sentido à sua ação. Ora, todos esses procedimentos consideram a textualidade (códigos, linguagens informatizadas). Se, então, a escrita se vê instrumentalizada em proveito dos dispositivos técnicos em um movimento inverso, ela permite ao homem aceder à máquina. Escrita e leitura estão em tensão entre a operatividade e o simbólico.

A textualização das práticas sociais

Notar-se-á enfim que, se os *arquitextos* comandam a execução e a realização do texto na tela, eles igualmente apresentam a particularidade de textualizar a prática social. Formalizam, com efeito, a prática à qual são dedicados por meio do texto informatizado que os constitui. Toda atividade humana informatizada, toda prática social mediada por um computador é submetida ao crivo da textualização informatizada.

A título de exemplo, ensaiar-se-á se representar o conjunto de atividades dos atores, dos costumes, das práticas ou dos objetos ligados à *correspondência* que se tornou o *correio eletrônico*⁴⁵. Esse conjunto foi propriamente transformado em uma prática de escrita solitária, cristalizada na

⁴⁰ Lucien Febvre et Henri-Jean Martin, *L'apparition du livre*, Albin Michel, 1971, chap. V, p. 191 sq.

⁴¹ Françoise Benhamou, « Le livre et son double. Réflexions sur le livre numérique », *Le débat*, 170, mai-août 2012, p. 90-102.

⁴² Emmanuel Kant, *Qu'est-ce qu'un livre ?*, Textes de Kant et de Fichte traduits et commentés par Jocelyn Benoist, préface de Dominique Lecourt, PUF, 1995, p. 7.

⁴³ Johan Gottlieb Fichte, « Preuve de l'illégitimité de la reproduction des livres, un raisonnement et une parabole », *ibid.*, p. 146.

⁴⁴ Roger Chartier, « La mort du livre ? », *Communication & langages*, 159, mars 2009, p. 58.

⁴⁵ Emmanuël Souchier et Yves Jeanneret, « Écriture numérique ou médias informatisés ? », *op. cit.*

superfície de uma só tela pelos programas de correio eletrônico. É todo um conjunto de papéis de carta, de envelopes, de guichês e de carteiros muitas vezes substituídos por baterias de caixas eletrônicas de dinheiro, de selos ou de cartas pré-seladas; em resumo, um composto mesclado formando um dispositivo cultural, logístico, econômico e social que foi historicamente construído em torno da atividade de correspondência e que nós apreendemos, a partir de agora, sozinhos diante de nossa tela de computador. É bem evidente que esse “composto epistolar” está intimamente ligado à questão da alfabetização das populações, ou seja, ao grau de *lettrure* adquirido por cada indivíduo, permitindo satisfazer a “arte sutil da correspondência”⁴⁶.

A complexidade desse dispositivo foi convertida pelo usuário em simples dados visuais ordenados (ortonormalizados) e formatados na superfície da tela. A metamorfose é radical. O tempo, o espaço e os homens não são mais os mesmos. O conjunto de trocas se elabora por meio de uma prática de escrita-leitura singular: a *lettrure*, precisamente. Prática essa que merece sem dúvida alguma atenção, se se lembra de que o correio eletrônico tornou-se o principal serviço utilizado na internet, na razão de 3,4 milhões de mensagens enviadas por segundo no mundo. Em 2010, ela registrava a bagatela de 107 bilhões de *e-mails* enviados por todo o planeta⁴⁷.

Essa metamorfose das práticas se articula em torno de dois movimentos essenciais: a *narrativização* e a *visualização*. Inicialmente, o programa narrativiza a prática sob a forma de cenários (tempos de *informática*). O papel da engenharia de *softwares* é analisar e formalizar uma prática a fim de construir os procedimentos suscetíveis de serem reproduzidos segundo os limites técnicos. Para agir, eu devo seguir uma rotina: ligar o computador, iniciar um programa, abrir um documento, escolher os parâmetros do arqutexto etc. É um processo formal ritualizado que inscreve minha atividade em uma narração já construída. Assim, procurar um itinerário na internet é, antes de tudo, viajar por meio de programas escritos que balizam meu percurso de leitura. Mas, para isso, é preciso que o procedimento do *software* seja igualmente visível na tela, a fim de ser legível e apreensível (tempos de semiótica e do design). O processo de textualização se apoia em dois esquemas antropológicos fundamentais: contar histórias e dá-las a ler ou a ver.

Um dos desafios de nossa época consiste em revelar, por meio dos escritos da tela, as práticas de toda natureza que são frequentemente estranhas à escrita. As mídias “digitais” reformulam a questão fundamental da visualização e da representação dos conhecimentos regularmente colocados no curso da história do livro e das mídias. Esse processo foi marcado por um duplo movimento de delegação da memória humana em direção ao dispositivo técnico que é de uma parte a mídia⁴⁸ e, de outra, a abstração dos procedimentos de leitura.

Mas uma tal situação oferece igualmente novas perspectivas à antropologia de textos, da qual Daniel Dubuisson traçou os primeiros elementos, na medida que ela tem por virtude, além dos textos esperados sob suas formas tradicionais de “textos livrescos”⁴⁹, reunir a partir daí a quase totalidade das práticas humanas de um mesmo movimento metafórico para o “trabalho de tecer” – a tessitura continua na maior parte das sociedades sendo a “metáfora a mais frequentemente associada à fabricação do texto”⁵⁰.

Em todo caso, esse conjunto é fatalmente marcado e acompanhado pelo espaço linguístico no qual ele se banha, assim como pelos mesmos termos forjados na ocasião de os nomear. É nesse contexto singular que se inscrevem nossas práticas de leitura e de escrita, dito de outro modo, nossos costumes de *lettrure* praticados nas mídias informatizadas.

⁴⁶ Roger Chartier (dir.), *La correspondance. Les usages de la lettre au XIXe siècle*, Alain Boureau, Cécile Dauphin, Jean Hébrard, Pierrette Lebrun-Pezzerat, AnneMartin-Fugier, Danièle Pouban, Fayard, 1991.

⁴⁷ <http://www.planetoscope.com/Internet/1024-nombre-d-emails-envoyes-dans-le-monde.html>

⁴⁸ André Leroi-Gourhan, « L'illusion technologique », *Le fil du temps. Ethnologie et préhistoire*, coll. « Points », n° S48, Seuil, 1983, p. 85-94.

⁴⁹ Ivan Illich, « Du livre au texte », *Du lisible au visible : la naissance du texte. Un commentaire du Didascalicon de Hugues de Saint-Victor*, Cerf, 1991, p. 137-147.

⁵⁰ Daniel Dubuisson, *Anthropologie poétique. Esquisses pour une anthropologie du texte*, Peeters, « Bibliothèque des Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain », 84, Louvain-La-Neuve, 1996, p. 7.

Uma escolha terminológica, política e teórica

...torna-se muito forte desde que se saiba que todas as linguagens mentem.
Pierre Michon⁵¹

Se a escolha que me convida a manter o termo caído em esquecimento é de ordem teórica – uma vez que o termo *lettrure* remete a uma atividade dupla de escrita e de leitura –, é igualmente política pelo fato de que se apoia em uma prática poética da língua vernácula, da língua de todos os dias.

Quando eu emprego o termo *lettrure*, que pertence ao campo semântico muito rico da *letra*, da *leitura* e da *escrita* – não seria senão de um ponto de vista prosódico, a palavra contendo a *leitura* como também a *escrita* –, eu participo de um espaço francôfônico ao qual ela pertence, como também do universo simbólico e cultural ao qual ela me remete. Por meio do uso desse termo, eu entro nos campos da significação que vão enriquecer minha compreensão das práticas, dos dispositivos ou das situações que ele vai acompanhar, comentar ou designar.

No fundo, por meio desse termo, eu acedo a toda a “espessura” da cultura ligada ao universo que ele convoca. Desta forma, eu participo plenamente da elaboração da língua na cultura e de sua incessante metamorfose.

A prática operatória de um objeto ou de um dispositivo técnico não está nunca fora da relação com a língua, não mais que da compreensão e do uso simbólico que ela tem. As linguagens, os dispositivos, tanto quanto as práticas, são elas mesmas sempre situadas na cultura e na história. Quando eu falo de *ordinateur* (*ordenador*)*⁵², eu entro no registro da *ordem*, de *pôr em ordem*. Quando eu emprego o termo *computer*, refiro-me ao cálculo, ao cômputo a que me dedico. A concepção que eu faço do mesmo dispositivo é necessariamente distinta.

A observação vale para o processo. Quando eu falo de *numératie* (*digitalização*)*⁵³ entro na *cultura numérica* (*digital*)*, no universo do *número* e da *numeração*. Se eu proponho a *lettrure*, é na cultura da *leitura* e da *escrita* que me situo.

Toda terminologia tem sua história, suas razões, seus desafios, que esclarecem suas origens, mas não é dominada pelos usuários. Pode-se, por exemplo, explicitar o contexto de nascimento do termo “*ordinateur*” e constatar assim que as conotações – de ordem religiosa, notadamente – às quais sonharia seu criador não são necessariamente aquelas que são empregadas no contexto de uso contemporâneo.

Em 16 de abril de 1955, respondendo a uma pergunta de Émile Nouel, então responsável pela IBM na França, que lhe havia solicitado a determinar a escolha do nome a ser dado a uma nova máquina destinada ao tratamento da informação, Jacques Perret, professor de Filologia na Sorbonne, escreve: “O que você acha da palavra *ordenador*? É uma palavra corretamente formada, que se encontra mesmo no *Littré**⁵³ como adjetivo designando a Deus quem coloca a ordem no mundo” (ver abaixo a transcrição da carta de Jacques Perret à Émile Nouel, de 16 de abril de 1955)⁵⁴.

UNIVERSITÉ DE PARIS	16 IV 55
FACULTÉ	
DES	43 av. de Joinville
LETTRES	Nogent sur Marne – Seine
	TRE 33-11

⁵¹ Pierre Michon, *Vie de Joseph Roulin*, Verdier, 1988, p.16.

⁵² Os franceses usam a palavra *numérique* em vez de *digital*. Em português usa-se a palavra *digital*, derivada de *dígito* (*número*).

⁵³ Littré. Dicionário francês publicado inicialmente no século XIX.

⁵⁴ A transcrição da carta foi feita e corrigida do fac-símile do manuscrito reproduzido on-line: <http://www.histoire-cigref.org/blog/ainsi-naquit-le-mot-ordinateur/>.

Caro senhor,

O que você acha de *ordenador*? É uma palavra corretamente formada, que se encontra mesmo no *Littré* como adjetivo designando Deus que coloca ordem no mundo. Uma palavra desse gênero tem a vantagem de dar facilmente um verbo *ordenar*, um nome de ação, *ordenação*. O inconveniente é que *ordenação* designa uma cerimônia religiosa; mas os dois campos de significação (religião e contabilidade) são tão distantes, e a cerimônia de ordenação é conhecida, creio, por tão poucas pessoas, que o inconveniente seja talvez menor. Por outro lado, sua máquina seria *ordenador* (e não *ordenação*), e essa palavra já saiu do uso teológico.

Sistemador [est. Rasurado] seria um neologismo, mas que não me parece ofensivo; ele permite *sistematização*; mas *sistemar* não me parece utilizável.

“*Combinador*” tem o inconveniente do sentido pejorativo de “*combina*” (*trapaça**); “*combinar*” é usual, mas pouco capaz de se tornar técnico; “*combination*” não me parece viável por causa da proximidade com “*combinaison*”.⁵⁵ Mas os alemães têm seus *combinats* (de trustes, eu creio), se bem que a palavra teria talvez possibilidades diferentes daquelas [de. Rasurado] evocadas por *combina* (*trapaça**).

Congestor, digestor evocam mais *congestão e digestão*.

Sintetizador não me parece uma palavra muito nova para designar um objeto específico determinado como sua máquina.

Relendo os livretos que você me deu, eu vejo que muitos de seus aparelhos são designados por nomes de agentes femininos (*triadora, tabuladora*). *Ordenadora* seria perfeitamente possível e teria mesmo a vantagem de separar [de. Rasurado] mais ainda a sua máquina do vocabulário da teologia.

Há também a possibilidade de adicionar a um nome de agente, um complemento: *ordenadora de elementos complexos* ou um elemento de composição, por exemplo: *selecto-sistematizador*. *Selecto-ordenador* tem o inconveniente de 2 o em hiato como *eletro-ordenadora*.

Parece-me que eu penderia para *ordenadora eletrônica*.

Eu desejo que estas sugestões estimulem, orientem suas próprias faculdades de invenção.

Não hesite em me telefonar se você tiver uma ideia que lhe parecesse solicitar um parecer de um filólogo.

Seu,

J. Perret

Carta de Jacques Perret, professor de Filologia da Sorbonne,
para Émile Nouel, diretor da IBM France, em 16 de abril de 1955.

A palavra “ordenador” foi efetivamente utilizada pelo empresário; ela obteve o sucesso que nós conhecemos, sem dúvida, graças ao fato de que ela se inscrevia no registro do vocabulário cotidiano de *ordem*, podendo facilmente se fixar na memória⁵⁶. Mas outros termos e neologismos tinham sido propostos por Jacques Perret: “sistematizador”, “combinador”, “congestor”, “digestor”, “ordenadora”, “ordenadora de elementos complexos”, “selecto-sistematizador”, “selecto-ordenador”, “electro-ordenadora”. Nossa época teria, sem dúvida, sido mais sensível à escolha do feminino *ordenadora* que, nas palavras do autor, apresentaria, além disso, a “vantagem de separar ainda [a] máquina do vocabulário da Teologia”. Depois de ter analisado o conjunto de expressões propostas, Perret acrescenta: “penso que me inclinaria para *ordenadora eletrônica*”.

Notar-se-á o acréscimo do qualificativo *eletrônico* que permitia designar a natureza de processos em implementação. É segundo a mesma estrutura linguística que Yves Jeanneret optou pela expressão “mídias informatizadas”, a fim de demarcar uma terminologia problemática

⁵⁵ Em francês, “*combinaison*” se refere a um conjunto de dígitos – como, por exemplo, em jogos de azar, e também à roupa feminina.

⁵⁶ Karine Berthelot-Guiet, « Publicité : une parole quotidienne ? », *Communication & langages*, 117, 1998, p. 12-24.

privilegiando somente as dimensões técnicas e de pseudo “inovação” em detrimento do caráter midiático que funda esses dispositivos, assim como *tecnologias da informação* e *novas tecnologias da informação e da comunicação*, que circulam ainda no uso corrente⁵⁷.

A prática linguística que tende a lidar com o caráter inovador dos dispositivos nega, conseqüentemente, a dimensão histórica do fenômeno de “reescrita das *escritas emergentes*” evocada por Carolina Angé e Lise Renaud⁵⁸. Tal prática participa da des-historicização dos objetos do cotidiano que é um dos componentes essenciais de sua transformação em narrativas mitológicas⁵⁹. Ora, as narrativas contribuem para a elaboração da doxa e de seus quadros ideológicos instituintes. Nisso, o “distanciamento” tomado por uma denominação resultante de reflexão é um ato político que coloca em dúvida a pseudonaturalidade dos dispositivos e se opõe à circulação do mito, no sentido barthesiano do termo.

A alusão à *digestão* feita por Jacques Perret em sua carta a Émile Nouel remetia, por sua vez, a um campo conhecido da leitura medieval, ela mesma herdeira da cultura do livro sagrado. A metáfora do livro “ingerido”, “digerido” por meio da atividade corporal de aprendizagem era a base das técnicas de aprendizagem dos monges, como nos recorda Ivan Illich⁶⁰. Aliás, Marcel Jousse a qualificava de “corporalidade” a fim de marcar claramente a dimensão corporal das técnicas de aprendizagem colocadas em prática na expressão humana; “corporalidade” que ele distinguia antropológicamente de “linguagem” e de “manualidade”, mais especificamente dedicada à mão⁶¹.

A palavra “ordenador” parece ter sido reconectada com sua etimologia religiosa apenas de modo muito remoto, como pressentia Jacques Perret. A intenção do criador é insuficiente se o termo não é “trivializado”, se ele não circula no corpo social. A escolha terminológica deve ser igualmente acompanhada de uma política de uso, a qual pode, certamente, ser extraída do marketing industrial ou de uma política educativa.

Se nós apreendemos sempre os objetos em um contexto linguístico dado, a relação que mantemos com eles é geralmente um pouco mais complexa na medida em que eles mesmos são dotados de significação. Barthes escrevia que “o objeto se apresenta sempre a nós como útil, funcional”, precisando que “na realidade, a função porta sempre um sentido”. Ele acrescenta, além disso, que “nós cremos estar em um mundo prático de usos, de funções, de domesticação total do objeto, e na realidade nós estamos também, pelos objetos, em um mundo de sentidos, de razões, de alibis: a função dá nascimento ao signo, mas o signo é reconvertido ao espetáculo de uma função”⁶². Ao contrário, o que ele não especificou, é que a “função signo” do objeto é necessariamente esclarecida pela língua de maneira mais privilegiada pelos termos que a definem ou a acompanham. Por isso, os objetos “se banham” na língua.

Meu destaque, entretanto, em relação à justa denominação de um termo adaptado a um ser ou a um objeto, uma prática ou uma ação, não tem nada de muito novo. Em *Didascalicon*, a *Arte de Ler*, que foi a primeira enciclopédia moderna tendo acompanhado a Renascença do século XII, Hugues de Saint-Victor já sublinhava “que não se pode atingir sem limites a natureza das coisas das quais se ignora o nome”⁶³. Ora, o “nome” *letrure*, evocado há pouco, nos engaja precisamente sobre as vias da compreensão do fenômeno ao qual procuramos aceder, quando definimos as mídias informatizadas como máquinas de leitura e de escrita⁶⁴.

⁵⁷ Yves Jeanneret, *Y a-t-il (vraiment) des Technologies de l'Information ?*, Presses universitaires du Septentrion, 2000, p. 51-63.

⁵⁸ Caroline Angé et Lise Renaud, « Les écritures émergentes des objets de communication. *De la rénovation* », *Introduction au présent dossier*, *supra*.

⁵⁹ Roland Barthes, *Mythologies, OEuvres complètes I - 1942-1961*, Seuil, [1957] 2002, p. 788 sq.

⁶⁰ Ivan Illich, « La lectio comme mode de vie », *Du lisible au visible. . .*, *op. cit.*, p. 72-75.

⁶¹ Marcel Jousse, *L'anthropologie du geste*, vol. 1, Gallimard, 1974, p. 114.

⁶² Roland Barthes, « Sémantique de l'objet », *OEuvres complètes II - 1962-1967*, Seuil, [1964-1966] 2002, p. 826-827.

⁶³ Hugues de Saint-Victor, *L'Art de lire. Didascalicon*, Introduction, traduction et notes de Michel Lemoine, Les Éditions du Cerf, 1991, p. 29.

⁶⁴ Emmanuël Souchier, « De la *letrure* à l'écran. Vers une lecture sans mémoire ? », “Mnémotechnologies – texte et mémoire”, *Texte*, n° 25-26 (coordonné par Franck Schuerewegen), Trinity College, Université de Toronto, Canada, 2000, p. 47-68.

Além ou aquém do uso de um idioma, quando eu utilizo um dispositivo técnico ancorado no cotidiano – um microcomputador ou um celular, por exemplo –, eu me inscrevo plenamente no espaço histórico e simbólico, cultural e técnico de nossa sociedade, participando conseqüentemente de sua mitologia no sentido barthesiano do termo. Minha prática do objeto entra, então, em ressonância com meu uso da língua; os dois “coelaboram” a inteligência que eu tenho da situação, e essa “coelaboração” não corresponde unicamente ao linguístico, dado que tudo não é dito – nem mesmo dizível – pelas palavras isoladas da língua. E isso se faz em geral à revelia. Nós somos, com efeito, “praticamente inconscientes em nossa vida corrente, da realidade tecnológica dos objetos” que, embora marcada pelo uso concreto, é uma verdadeira “abstração”. “Entretanto esta abstração é uma realidade fundamental”, segundo Baudrillard, “é ela que governa as transformações radicais do contexto”⁶⁵. Na nossa relação com os objetos, nós estamos permanentemente mergulhados na “língua tecnológica” que os constitui no mundo social.

Sob a singularidade dessa “língua tecnológica”, a prática tátil, física ou experiencial que eu tenho de um dispositivo forja a compreensão que eu terminarei por ter dele⁶⁶. E isso se faz por meio da “memória” adquirida graças a essas inúmeras repetições cotidianas, frequentemente inconscientes, que não tem forçosamente necessidade do uso da língua⁶⁷. Em contrapartida, como escreve Bernhard Rieder, a propósito desse “objeto estranho” que é o computador, “a criação de máquinas e dispositivos é sempre enquadrada por um imaginário”⁶⁸. Minha compreensão do dispositivo no espaço social é acompanhada sempre por um imaginário que é ele mesmo forjado pela língua. Para trocar o seu propósito, eu sou necessariamente levado a dizer ou a escrever. Se eu não sou unicamente um ser de linguagem, eu estou, no entanto, fatalmente mergulhado na língua. Pascal Quignard tem uma fórmula radical, mas esclarecedora para exprimir a indefectível relação que mantemos com ela: “Nós podemos sair da língua. Quando morremos”⁶⁹.

A técnica na língua: um objeto “composto”

Palavras em nós. Nós exprimimos sempre nossos pensamentos por meio de palavras que nós temos em nossas mãos. Ou, para exprimir inteiramente minha suspeita: a cada momento, nós não temos senão o pensamento pelo qual nós dispomos de palavras que estão quase suscetíveis de o exprimir.

Friedrich Nietzsche⁷⁰

Na utilização da mitologia publicitária, passando pelo tratado teórico, não há um objeto que em nossa sociedade não seja acompanhado de seu discurso de escolta e mais fundamentalmente de sua “textualização”. Não há, então, objeto ou “ferramenta sem linguagem”⁷¹. Melhor ainda: seja através do vocabulário que o designa ou pela textualidade que o acompanha, o objeto entra em uso com a língua.

Compreende-se assim um pouco melhor a importância que é conveniente dar prioridade à relação que é mantida entre essas duas vertentes - semiótica e material - de uma mesma realidade:

⁶⁵ Jean Baudrillard, *Le système des objets*, coll. « Tel », n° 33, Gallimard, 1968, p. 9-10.

⁶⁶ Bernard Lechevalier, *Le cerveau mélomane de Baudelaire. Musique et neuropsychologie*, Odile Jacob, 2010.

⁶⁷ Emmanuël Souchier, « La mémoire de l'oubli : éloge de l'aliénation. Pour une poétique de l'infraordinaire », *Communication & langages*, 172, juin 2012, p. 3-19.

⁶⁸ Bernhard Rieder, *Métatechnologies et délégation. Pour un design orienté-société dans l'ère du Web 2.0*, Thèse, Université Paris 8, 2006, p. 47 http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/17/99/80/PDF/THESE_rieder.pdf.

⁶⁹ Pascal Quignard, *IX Traité*, « Les langues et la mort », *Petits traités I*, « Folio » n° 2976, Gallimard, [1990] 1997, p. 156.

⁷⁰ Friedrich Nietzsche, *Aurore*, § 257, trad. Éric Blondel, Ole Hansen-Løve et Théo Leydenbach, Présentation par Éric Blondel, Garnier-Flammarion, n° 1263, 2012, p. 207.

⁷¹ Emmanuël Souchier, « Mémoires – outils – langages. Vers une “société du texte” ? », *Communication & langages*, 139, avril 2004, p. 41-52 ; « Images – Techniques – Mémoires », *Image et Mémoire*, Actes du 3e Colloque *l'icône-Image*, Musées de Sens et d'Auxerre, Obsidiane éd., 2007, p. 11-22.

o objeto como é praticado no corpo social das linguagens. Objeto e linguagem oferecem duas faces distintas de uma mesma realidade e não o reflexo de uma imagem reenviada por um espelho⁷². “Nem nossa língua exprime a realidade daquilo que é, nem ela trai as inverossímeis e prestigiosas propriedades da qual se veria portadora daquele que a utiliza, nem ela se reduziria a um puro artifício desprovido de toda eficácia”. E Quignard acrescenta que a língua “é uma ponta de real no real, mais que um duplo”⁷³.

A língua e o objeto não podem ser a imagem um do outro, porque eles não são da mesma natureza. Por outro lado, pertencem ambos ao real. Aquém das linguagens, eles se ligam e se entrecruzam pelo uso e formam uma unidade “composta” em um espaço social. Ora, na cultura, é bem esse conjunto “composto” que é objeto de significação.

Apreender o objeto praticado na língua é, no fundo, delimitar “uma ponta de real no real” por meio da complexidade de uma formação “composta” para retomar a expressão de Joëlle Le Marec. Os “compostos” são essas “configurações dinâmicas, heterogêneas” “que constituem unidades de saber”⁷⁴. Dito de outra forma, as formações significantes são compostas de realidades de naturezas distintas: signos, objetos e práticas. Isso é comparável à definição que Edgard Morin dá à complexidade – esse “tecido (*complexus*: isso que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados”⁷⁵. O objeto técnico implantado no social e colocado no coração de seu “aparelho linguístico” nos oferece uma “unidade de saber” suscetível de ser interpretada.

Retorno para a dimensão infraordinária da língua

Se eu volto ao termo “lettrure” no contexto histórico e liberal atual, no espaço linguístico e mercadológico no qual nós vivemos, é preciso ter em mente o fato de que a prática de nossa língua pode também manifestar um ato político. Por mais paradoxal que isso possa parecer, “cultivar o seu jardim ou falar francês são atualmente atos de resistência”. Originalmente banais – mas vitais – essas atividades são percebidas como atos que se opõem à ordem econômica contemporânea.

O uso de um termo banal inscrito na cultura francófona pode, com efeito, se chocar com a moda ou com a autocensura de uma avaliação “politicamente correta” que integrou os estratos “infraordinários” de nossa consciência. Nós lidamos aqui com questões de “valor”. Nós não estamos no domínio da razão, mas no da opinião. Tal movimento se traduz notadamente no fato de aceitar um valor privilegiado no emprego de termos anglo-saxões nos domínios da ciência, da técnica, assim como da cultura ou do cotidiano.

A guerra econômica contemporânea que sofremos é acompanhada por uma guerra linguística e comunicacional sutil e discreta, mas que penetra os espíritos e convence os consumidores a empregar suas armas e seus métodos a ponto de fazer de cada um de nós o veículo de sua difusão e os atores de nossa própria alienação. Nesse trabalho de *autoprodução dirigida*, de *coprodução colaborativa* e de *organização* que se toma como encargo e que Marie Anne Dujarier trouxe claramente à luz⁷⁶, o consumidor tornou-se veículo e ator principal da fala coletiva, da doxa, que em outros tempos tinha-se, sem dúvida, chamado de *ideologia dominante*.

A estratégia publicitária trabalha sobre uma característica ligada à memória humana que se traduz no conjunto de práticas ordinárias e singularmente nas práticas de comunicação. Uma vez que nós tenhamos adquirido uma competência de ordem operatória, a consciência que temos de certa competência tende a se apagar diante da frequência e da evidência de sua prática cotidiana.

⁷² Pierre Macherey, « L'image dans le miroir », *Pour une théorie de la production littéraire*, François Maspéro, 1978, p. 142 sq.

⁷³ Pascal Quignard, *Ille Traité*, « Lemisologue », *Petits traités I*, op. cit., p. 60-61.

⁷⁴ Joëlle Le Marec, « Situations de communication dans la pratique de recherche : du terrain aux composites », *Études de communication*, 25, 2002, mis en ligne le 18 nov. 2011 : <http://edc.revues.org/index831.html>.

⁷⁵ Édgard Morin, *Introduction à la pensée complexe*, coll. « Points », n° 534, Seuil, 2005, p. 21

⁷⁶ Marie-Anne Dujarier, *Le travail du consommateur. De McDo à eBay : comment nous coproduisons ce que nous achetons*, La Découverte, 2008, p. 229-230.

Dito de outra maneira, ao longo do uso habitual, não se pensa na língua, não mais do que se pensa em andar quando se anda ou se leva em conta a visibilidade da escrita quando se está lendo.

Esse fenômeno de apagamento da escrita diante da leitura subentende o processo ideológico “do impensado do texto” e, da mesma maneira, fundamenta de modo natural “o impensável da língua” no qual nós estamos ordinariamente mergulhados quando falamos com nossos semelhantes. De outro modo, se nós pensamos por intermédio da língua, não pensamos a língua que nos permite pensar.

No curso da prática de leitura, a memória operatória não tem necessidade – tem mais necessidade – de aceder à consciência “da expressão” (a materialidade do texto ou da escrita, por exemplo). Tendo sido efetivada a aprendizagem, a memória operatória não exige mais a consciência de operação. Melhor ainda, ela necessita “esquecer” sua relação com a consciência: é assim que ela pode aceder ao “expresso (a significação)”⁷⁷. Essa memória é a “memória do esquecimento”, aquela que fundamenta as rotinas da vida. Uma memória que tem por função nos fazer esquecer os mecanismos vitais que nós aprendemos, os mecanismos colocados à força de repetição que se apoiam, então, nos estrados do infraordinário. É essa mesma “memória de esquecimento” que nos permite aceder às tarefas que nós julgamos superiores, como a da “significação” quando da leitura, por exemplo.

Trata-se, todavia, de um processo evolutivo. Se nós temos necessidade de ter consciência do processo de aprendizagem quando aprendemos, em seguida, nós o esquecemos por força das rotinas e ele acaba por desaparecer do campo de nossa consciência. Nós não vemos mais as letras, os signos ou as palavras; nós não lemos mais as sílabas, palavras ou as frases; nós produzimos a “significação”, nos esquecendo “da expressão” (Merleau-Ponty). Nós agimos sob um regime inconsciente e mecânico, mas “eficaz”. Resumindo, nós “nos tornamos de fato leitores”.

Quando descreve a atividade de leitura do ponto de vista do neurologista, Lionel Naccache define um processo rigorosamente idêntico: “uma vez que você conseguiu ler de maneira fluida e rápida, escreve ele, os processos são automatizados, não lhe custando mais esforço voluntário, por isso eles procedem de maneira automática”.⁷⁸

Esse fenômeno apresenta inegáveis vantagens – ele tem notadamente por virtude liberar a memória e economizar as energias mentais. Ao contrário, se se opõe voluntariamente ao automatismo da memória, o processo torna-se custoso em energia. Ao curso de experiências sobre os “processos mentais sofisticados automáticos” quando da leitura, os neurologistas percebem que “um sujeito não pode impedir [um] processo de leitura automático de oferecer o resultado de seu trabalho (a palavra lida) ao conteúdo da consciência, mas ele pode, ao contrário, decidir de não o considerar para responder, ao preço de esforços mentais que se traduzem por uma fadiga mental e por um longo tempo de tratamento”.

Ao trocarmos agora de ponto de vista e olharmos esse fenômeno sob o ângulo ideológico ou político, percebemos que a rotinização, que provoca a absorção da consciência das mediações, apresenta o inconveniente de nos mergulhar na amnésia do cotidiano. É contra isso, precisamente, que George Perec se insurgia: “interrogar o habitual”, escrevia ele. Mas, justamente, estamos habituados. Nós não o interrogamos; ele não nos interroga, ele não parece trazer problemas, nós vivemos sem pensar nele, como se ele não veiculasse nenhuma questão e nenhuma resposta, como se ele não fosse portador de nenhuma informação. E Perec acrescenta: “isso nem sequer é

⁷⁷ “A maravilha da linguagem é que ela quase se faz esquecer: eu coloco os olhos nas linhas sobre papel; a partir do momento em que sou tomado pelo que elas querem dizer, eu não as vejo mais. O papel, as letras no papel, meus olhos e meu corpo são apenas como uma mínima representação cênica necessária para qualquer operação visível. A expressão desaparece diante do expressado, e é por isso que o seu papel de mediador pode passar despercebido.”, Maurice Merleau-Ponty, *Phénoménologie de la perception*, coll. « Tel », n° 4, Gallimard, [1945] 1978, p. 458 sq.

⁷⁸ Lionel Naccache, *Le nouvel inconscient. Freud, Christophe Colomb des neurosciences*, Odile Jacob, 2006, p. 188, 292 et 189 pour les citations qui suivent.

condicionamento, é anestesia. Nós dormimos nossa vida em um sono sem sonho”.⁷⁹

Em uma entrevista de 1979, o autor de *O desaparecimento* é mais esclarecedor ao se referir à parte da “vivência” ligada à sua escrita de ficção: “é uma vivência que não será jamais apreendida [...] pela consciência, pelo sentimento, pela ideia, pela elaboração ideológica! Nunca há psicologia. É uma vivência rasteira, o que se chamava na *Cause commune*, ruído de fundo”⁸⁰. O “ruído de fundo” constitui o impensado da cultura e nele se inscrevem as palavras de todos os dias. Eis aqui a forma concreta, material, apreensível, a forma comunicacional do *habitus*, essa “estrutura estruturada estruturante” definida por Pierre Bourdieu como “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores”, um sistema que é ele mesmo “gerador de estratégias que podem estar objetivamente de acordo com os interesses e objetivos de seus autores sem ter sido expressamente concebidos para esse fim”⁸¹.

Evocando a *philosophia*, Pascal Quignard sublinhou claramente a imbricação do pensamento e de seu meio de comunicação, e a ligação quase fundida que ele mantém com seu contexto próximo, dito de outra maneira, com a língua: “o *logos* passou despercebido pela *filosofia* em sua implementação da mesma maneira que o ar, nas asas dos pássaros, se ignora, que a água do rio, aos peixes se ignora.”⁸². Nós somos prisioneiros da língua ou mais exatamente cativos de seu uso. E como poderia ser de outra maneira? Nós pensamos por meio de quadros instituintes da linguagem que nós nos colocamos ao longo de nossa aprendizagem. O homem não sabe pensar de outro modo senão por intermédio do conjunto de ferramentas intelectuais – as “tecnologias do intelecto”⁸³ – de que se é dotado ao longo da história. E nas sociedades escritas, a língua e a escrita formam o centro nevrálgico.

De resto, Quignard sublinha o paradoxo que existe em querer se emancipar dessa patroa serviçal: “o império, o cativo ou a mais minuciosa servidão gramatical e lexical que cada língua exerce em todos os momentos sobre aquele que a fala, são tanto mais impositivos quanto mais ele tenta se libertar dela”⁸⁴. Se distanciar da parte alienante da língua não é fácil e requer uma atenção reflexiva em alerta permanente, um processo contraditório com o uso comum que temos. A função operativa mascara os resultados simbólicos e significantes da língua e as estruturas ideológicas nas quais nós nos inscrevemos.

Os paradoxos da “economia linguística”

Ninguém pode fazer a separação entre a autonomia da mediação que ele utiliza, e a dependência na qual ela o mergulha.

Pascal Quignard⁸⁵

Ao serviço da guerra econômica disfarçada que jamais diz seu nome – o eufemismo sendo uma de suas armas retóricas, as mais sofisticadas e as mais populares⁸⁶ –, os “economistas e os industriais do pensamento” formaram seus maiores batalhões em torno das práticas linguísticas. Éric Hazan mostrou claramente o caráter performativo desta língua singular, a LQR – *Língua Quintae Republicae*, aparecida ao longo dos anos 1960 e que atingiu seu pleno desenvolvimento nos anos

⁷⁹ Georges Perec, *L'infra-ordinaire*, coll. « La Librairie du XXe siècle », Seuil, 1989, p. 11.

⁸⁰ Georges Perec, « Le travail de la mémoire », *En dialogue avec l'époque*, coll. « Métamorphoses », Joseph K. éditeur, [1979] 2011, p. 101-102.

⁸¹ Pierre Bourdieu, *Le sens pratique*, Éditions de Minuit, 1980, p. 120-121.

⁸² Pascal Quignard, *Rhétorique spéculative*, op. cit., p. 22.

⁸³ Pascal Robert, *Mnémotechnologies – Une théorie générale critique des technologies intellectuelles*, Hermès, 2010.

⁸⁴ Pascal Quignard, *Ille Traité*, op. cit., p. 61-62.

⁸⁵ Pascal Quignard, *Ille Traité*, op. cit., p. 61.

⁸⁶ Éric Hazan, *LQR. La propagande du quotidien*, Éditions Raisons d'agir, 2006, p. 25 sq.

1990, tornando-se “o idioma do neoliberalismo”. Quanto mais essa língua “é falada, escrita, mais ela se promove e se produz na realidade”⁸⁷. O uso não procede unicamente da alienação, ele a cria e favorece as condições de seu desenvolvimento. Nós somos nela os atores principais. Atores tanto eficazes que a trazemos, que a empregamos benevolmente, frequentemente à revelia.

Em sua análise da *LTI* ou *Langue du IIIe Reich*, modelo que inspira a *LQR* d’Éric Hazan, Victor Klemplerer sublinhava bem claramente que enquanto se aceita a língua do vencedor [...] não se a fala mais impunemente, se a respira em torno de si e se vive de acordo com ela⁸⁸. Dito de outra forma, é-se, através dessa língua singular, o que seus idealizadores desejam que se seja: consumidores mediadores.

O caráter alienante desse uso é marcado por sua aparência inocente cuja frivolidade, leveza, humor ou jogo são armas travestidas. Inversamente, o uso consciente de uma língua e de uma terminologia escolhidas ou adaptada à situação desejada – “distanciada”, teria dito Brecht – tem todas as possibilidades de passar por um ato “militante”, desde que se oponha à razão dominante de economia simbólica.

De um ponto de vista político, a questão não é, entretanto, tão simples como parece, pois a alienação ancorada no espírito e no *habitus* está igualmente ligada à “felicidade” da sociedade de consumo. Uma felicidade paradoxal que Perce evocava já nos anos de 1960: “existe na organização atual certa felicidade de viver o cotidiano cujas contradições não foram descritas. Nada em particular sobre o dinheiro, a publicidade. Ora se se faz a conta – enorme – das informações publicitárias às quais nós somos submetidos na rua, no jornal, nos empurrando a comprar, compreende-se que isso resulta em um ideal de vida”⁸⁹. A “economia linguística” se manifesta nesse estado do qual ela é a origem; o uso da língua traz todas as contradições.

O conforto mental da rotina não incita à tomada de consciência. Inscrito nos quadros instituintes das linguagens sociais aprendidas e perpetuadas, ele procura o prazer neurótico da repetição. Paradoxalmente, os caminhos que ele segue lhe podem ser estranhos: “o condicionamento [estando] independente da consciência”⁹⁰.

O inglês como vetor da ideologia neoliberal

Em face da *lettrure* eu retomarei o termo *literacy*, traduzido por “alfabetização” – ou mais recentemente afrancesado em “litteratie” (letramento*) –, a fim de me perguntar se ele consegue efetivamente dar conta, pelo usuário francófono, da articulação teórica entre o *ler* e o *escrever* que nós temos por objetivo colocar em evidência. Sem dúvida ele não alcança essa articulação plenamente, considerando que o termo “alfabetização” remete, desde o século XIX, à ação de “ensinar uma escrita alfabética a um grupo social que a ignora”⁹¹. O ler e o escrever lhe são etimológica e prosodicamente estranhos.

Eu evito, aqui, evidentemente, a dimensão ideológica do uso de um termo anglo-saxão em um contexto francófono, porque uma tal prática tem a maior parte do tempo por virtude principal teatralizar uma conduta e colocar de maneira ostensiva um jogo de valores sociais mais do que dar conta de um fenômeno linguístico por meio de um vocabulário claramente escolhido. No fundo, a exibição desses termos no discurso remete ao emprego do que Bachelard qualificava de “palavras obstáculos”⁹², as quais apresentam a particularidade inconveniente de nos nublar a compreensão de fatos mais do que nos facilitar o acesso a eles.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 12 et quatrième de couverture.

⁸⁸ Victor Klemplerer, *LTI, La langue du IIIe Reich, carnets d’un philologue*, trad. par Élisabeth Guillot, présenté par Sonia Combe et Alain Brossat, Albin Michel, 1996; Éric Hazan, *LQR, op. cit.*, p. 22.

⁸⁹ Georges Perce, « Perce et le mythe du bonheur immédiat », *En dialogue avec l’époque, op. cit.*, p. 21-22.

⁹⁰ Lionel Naccache, *Le nouvel inconscient, op. cit.*, p. 243.

⁹¹ Alain Rey, *Dictionnaire historique de la langue française, op. cit.*, p. 53-54.

⁹² Gaston Bachelard, *La formation de l’esprit scientifique*, Vrin, [1938] 2004, p. 13, 73.

Da mesma maneira, no uso corrente da língua, um anglófono tem mais chance que um francófono de provar o sabor distanciado do termo *hardware* que remete à “quincaillerie” (o *hardware store*) (em francês – loja de ferragens*). É verdade que considerar o material informático sob a égide do vocábulo *quincailler* (materiais de instalação*), convocando ferramentas (martelos e bigornas), materiais (ferragens e metais) ou objetos manufaturados (pregos, parafusos e peneiras), oferece uma perspectiva semântica, saborosamente irônica, de que o equipamento eletrônico de consumo que circula sob a égide sofisticada de materiais compostos, trabalhados pelo design contemporâneo, não nos seria oferecido pelo vocábulo *hardware*, que terá como uma de suas poucas virtudes a de se opor de uma maneira um pouco binária ao *software*.

Ao importar esse termo para espaços linguísticos exógenos que não conhecerão sua aura semântica, corre-se o risco de fazer dele apenas uma palavra-ferramenta. Essa palavra, aplanada, perdeu suas âncoras culturais e não tem mais para seu novo usuário o sabor que ela tinha no contexto inicial. Fenômeno clássico de interculturalidade, sem dúvida, com a ressalva de que o empréstimo linguístico se limitou aqui ao uso técnico e que ele não foi além do imaginário cultural. Ele se fixou na relação operatória e perdeu sua riqueza simbólica. Interrogar esse termo significa, então, extraí-lo de sua única finalidade comercial para lhe dar novamente a aura cultural que lhe faz falta.

Nesse sentido, “retirar o véu” é um ato político. E usar, nesse contexto que é o nosso, termos adaptados à nossa cultura é um ato de resistência que rompe com a evidência do discurso de mercado para restaurar a lógica do uso. Mas esse argumento se opõe precisamente àquele do uso. A circulação de um termo não se decreta. Assim, o termo “courriel”, originário do Quebec, e que tinha sido recomendado pela Academia Francesa em 2002 com o objetivo de uma política linguística, sem dúvida louvável, não conseguiu sobrepujar no uso francófono a palavra *mail*, que se impôs no mundo notadamente por meio das mídias informatizadas quase exclusivamente denominadas por uma terminologia anglo-saxônica. A legitimidade de uma palavra se funda antes de tudo na sua circulação no corpo social e, então, sobre o grau de consciência que nós temos em consequência desse uso. Mas nós não temos, sem dúvida, a consciência linguística de nossos “primos” do Quebec. Nós abdicamos da consciência política de nossa língua para aderir aos valores da língua dominante que é, antes de tudo, uma língua de “mercado mundializado”. Uma adesão que é tecida por paradoxos na medida em que ela porta igualmente toda a mitologia do “povo liberador” veiculada pela história que mantém o antigo e o novo continentes. O uso dominante da terminologia anglo-saxônica no domínio que nos ocupa é o selo de nossa alienação, de nossa servidão, ou a marca de nossa inconsciência linguística.

Interrogando-se sobre a “língua como instrumento de poder” e sobre os efeitos da “dominação simbólica que se exerce através da adoção da língua dominante ou, mais dissimuladamente, os empréstimos da língua dominante”, Pierre Bourdieu se perguntava “como é possível aceitar o uso do inglês sem se expor a ser anglicanizado por suas estruturas mentais, sem ter o cérebro lavado pelas rotinas linguísticas”⁹³. Cultural ou politicamente, devemos fatalmente perpetuar as práticas de dominação da nossa língua vernácula? É efetivamente outra forma de “resistência” que chega a se indignar com a submissão e a servidão de nossa própria língua. Somos a esse ponto alienados, esnobes ou oportunistas por ceder sistematicamente ao poder arrogante não de uma língua inglesa rica de sua cultura e de sua história, mas de uma prática de mercado instrumentalizante que nos retira raízes semânticas de nossa própria língua e nos proíbe uma compreensão imediata? E os saberes das classes letradas, as práticas privilegiadas das classes políglotas, não servirão por muito tempo de contra-argumento enquanto eles tiverem o sabor da “vacina” de que falava Barthes: “essa figura bem geral que consiste em confessar o mal accidental de uma instituição de classe para melhor mascarar o mal principal. Imuniza-se o imaginário coletivo por uma pequena inoculação de um mal reconhecido; ele é defendido assim contra o risco de uma subversão generalizada”⁹⁴.

⁹³ Entrevista com Pierre Bourdieu, Abraham de Swaan, Claude Hagège, Marc Fumaroli, Immanuel Wallerstein, « Quelles langues pour une Europe démocratique ? », *Raisons politiques*, 2, *La République des langues*, Les Presses de Science Po., 2001, p. 41-64. http://www.deswaan.com/frans/dans_nos_archives/Raisons%20pol%20RAI_002_0041.pdf.

⁹⁴ Roland Barthes, *Mythologies*, op. cit., p. 861.

É claro que não se trata aqui de organizar qualquer “cruzada” contra o inglês, o que seria simplesmente absurdo e historicamente paradoxal – uma vez que nossas duas línguas (o francês e o inglês) partilham elos desde a primeira “visita” que César fez aos celtas das Ilhas Britânicas em 55 a.C. A questão não considera a querela linguística entre as duas nações, mas a relação que uma língua de cultura mantém com o registro econômico e com a “língua do mercado”. Existe efetivamente, como sublinha Claude Hagège, “uma pressão que desde o início dos anos 1990 aumentou com a pretendida “mundialização”, e que se pode caracterizar como a da ideologia neoliberal, cujo vetor é o inglês”⁹⁵. O objetivo é simplesmente retomar o seu uso cultural. E isso é, inevitavelmente, um ato político.

Por uma harmonia entre os corpos linguísticos e técnicos da cultura

Se nós temos “o desejo de tornar nosso universo inteligível a fim de poder nos sentir responsáveis por ele”, como preconiza, a justo título, Matthew B. Crawford, a adequação da “ferramenta na língua” deve ser pensada com toda a atenção necessária para que possamos notadamente “reduzir a distância entre o indivíduo e os objetos que o cercam”⁹⁶. Em outros termos, que haja adequação entre o corpo linguístico e o corpo técnico da cultura em ação.

Hannah Arendt escrevia que os objetos do cotidiano, os objetos utilitários produzidos pelo homem, “dão nascimento à familiaridade do mundo, a seus costumes, a suas relações usuais entre o homem e as coisas como também entre o homem e os homens”⁹⁷. A linguagem dessa “familiaridade do mundo” adquirida graças ao universo dos objetos passa pela relação que a língua mantém com esses mesmos objetos. Ela é tecida entre “o gesto e a palavra”⁹⁸. Ela concebe igualmente a aura e o imaginário de cada objeto sem os quais o homem não poderia representá-los para si mesmo e, conseqüentemente, se servir e apropriar-se deles. Lionel Naccache coloca claramente em evidência essa necessidade irreprimível, “essa necessidade vital” que temos “de interpretar, de dar os sentidos, de inventar através de construções imaginárias”⁹⁹. A narrativa liga o objeto ao homem. Ela lhe dá vida, sentido e história. Ela liga igualmente o homem ao mundo, tecendo os *realia* na trama das linguagens humanas. Além da prática, o homem não experimenta unicamente a necessidade de nomear os objetos – os *realia* –, ele sente igualmente necessidade de fazer a história deles e de contá-la.

Mas, há muito tempo, os cidadãos – os usuários, ou os consumidores, eu deveria dizer – têm sido despossuídos da narrativa social que, nos primórdios da humanidade, acompanhava os objetos do cotidiano. Essa narrativa não é mais elaborada pelas instâncias políticas ou sociais, educativas ou religiosas que fundam a sua legitimidade e nas quais elas se reconhecem. Transformada permanentemente pelas mídias, a narrativa coletiva é, a partir de então, dominada pela economia e pela publicidade. Ora, nem uma nem outra tem por objetivo tornar inteligível o objeto ou sua narrativa, mas essencialmente fazer com que eles sejam todos os dois consumíveis. É, então, pelo mito que elas se deixam manipular por intermédio do corpo social.

O estatuto de discursos e de narrativas e do “equipamento linguístico”, bem como dos imaginários que acompanham os objetos, mudou radicalmente de natureza e de função. A lenda, o mito, o conto e a sabedoria popular se metamorfosearam em publicidades e publirreportagens que se desenvolveram nas narrativas midiáticas. Por isso convém repensar a relação entre o objeto, a linguagem e o seu uso no quadro de uma sociedade que, a partir de agora, tem como horizonte “capital” a mercantilização dos bens e dos saberes de toda a natureza, inclusive a do homem.

A escolha de *lettrure* seria uma simples querela semântica? Nada é menos seguro. A prática da

⁹⁵ Claude Hagège, *Contre la pensée unique*, Odile Jacob, 2012, p. 11.

⁹⁶ Matthew B. Crawford, *Éloge du carburateur. Essai sur le sens et la valeur du travail*, trad. Marc Saint-Upéry, La Découverte, 2009, p. 14.

⁹⁷ Hannah Arendt, *Condition de l'homme moderne*, Calman-Lévy, 1983, p. 140-141 ; Matthew B. Crawford, *Éloge du carburateur*, op. cit., p. 23.

⁹⁸ André Leroi-Gourhan, *Le geste et la parole*, 2 vol., Albin Michel, 1964-1965.

⁹⁹ Lionel Naccache, *Le nouvel inconscient*, op. cit., p. 439.

língua institui nossa relação com o mundo; ela tem por esse fato um escopo de ordem antropológica. Então, *lettrure ou littératie* (letramento*), *alphabétisation* (alfabetização*) ou *numératie* (letramento digital*)? A resposta reside no *agir político* de nosso cotidiano. Em suma, ela diz respeito ao uso *infraordinário* que temos da língua, a um uso que nos liga a ela tanto quanto nos liga nela. “Também não se deveria dizer que se dispõe de uma língua, escreve Pascal Quignard, que se emprega tal palavra, que se serve dela propositalmente (comunicar, etc.), mas que a língua, onde o acaso nos fez nascer, dispõe de nossos corpos e nos mantém em empregos que são verdadeiras servidões. As línguas, que têm poder muito tirânico, submetem esses corpos e os transformam à sua imagem, tanto que é verdade que quem pretende “dominar” uma língua, para usá-la mais “livremente”, é aquele que nela mais se aliena até à servidão.” Esse é um desafio aterrador na consciência e na prática que temos da língua, pelo menos de ordem política, dado que “ler sem ignorar o peso daquilo que nos precede pode ser concebido como uma empreitada mais transgressora do que certas práticas mais ignorantes, ou mais inocentes, consideradas mais livres, mais selvagens, mais rebeldes, enquanto, de fato, elas obedecem e se cegam”¹⁰⁰.

Tradução: Dagoberto Buim Arena (Fapesp)
Adriana Pastorello Buim Arena (CAPES)

Revisão da tradução: Élie Bajard

Recebido em julho de 2014.
Aprovado em agosto de 2014.

¹⁰⁰ Pascal Quignard, *XIe Traité*, « La bibliothèque », *op. cit.*, p. 207-209.